A PREPONDERÂNCIA POLÍTICA DO PLANO DE GUERRA ALEMÃO NA ECLOSÃO DO CONFLITO

A eclosão da guerra em 1914 constitui o mais trágico exemplo, alguma vez registado na história, da impotente dependência de um governo do planeamento dos estrategistas.[1]

O pensamento militar, quando está altamente desenvolvido, torna-se perigoso. Só tem olhos para o seu próprio pedaço de realidade, mas esse vê-o com grande clareza, e, em consequência, torna-se muito poderoso.[2]

Introdução

«Entregar um grande empreendimento militar ou o seu planeamento a um julgamento 'puramente militar' constitui um desvio inadmissível e mesmo prejudicial; mais ainda, é absurdo consultar militares profissionais acerca de um plano para uma guerra, para que avaliem, de um ponto de vista 'estritamente militar' o que os governos devem fazer. Mas é ainda mais absurdo quando os teóricos exigem que os meios disponíveis para a guerra, uma vez postos perante o general, constituam a base para a concepção de um plano para uma guerra ou campanha.»[3]

O pensamento de Clausewitz, aqui recordado, sublinhando a imprescindibilidade do ascendente político sobre o aparelho militar, serve para introduzir e enquadrar a entorse a este princípio desenvolvido na Alemanha nas últimas décadas do século XIX, com graves consequências no desenvolvimento da crise de Julho de 1914.

De facto, as rápidas e bem-sucedidas campanhas da unificação alemã, contra a Dinamarca, a Áustria e a França, criaram, em vastos sectores da opinião pública do Império, a convicção de que o Exército constituía um valioso instrumento de afirmação nacional, tão eminentemente competente, que, não só combatia de forma vitoriosa como também o fazia em curto espaço de tempo e com gloriosos benefícios para a nação. O crescimento da confiança nas capacidades do Exército favoreceu o aprofundamento do militarismo herdado da tradição prussiana, tornando o seu Alto Comando um verdadeiro competidor do governo na orientação da política externa. Moltke, *O Velho*, confirmava esta percepção ao desabafar para o irmão: «Os nossos diplomatas sempre nos conduziram para a desgraça; os nossos generais sempre nos salvaram.»[4]

Enquanto Bismarck desempenhou as funções de chanceler, a missão do exército foi tida como defensiva, embora no pressuposto de que a Alemanha se perderia se não fosse, de todas, a potência mais militarista. Mas esse militarismo justificava-o Bismarck devido ao que considerava serem as vulnerabilidades do Império. Nas mais de duas décadas seguintes ao termo das suas funções, a Alemanha, ao ampliar constantemente o seu poder e a ambição de uma projecção mundial, trocou a consciência das suas vulnerabilidades pela cada vez maior crença na sua força.

Foi no contexto da viragem da política alemã resultante do afastamento de Bismarck que, em 1891, Alfred von Schlieffen ascendeu às funções de Chefe do Grande Estado-Maior Alemão.

---

[1] RITTER, Gerhard, *The Schlieffen Plan – Critique of a Myth*, p. 88.
[2] HALDANE, Richard, *Before the war*, p. 90.
[3] RITTER, Gerhard, *Idem*, p. 96.
[4] SNYDER, Jack, *The Ideology of the Offensive – Military decision making and the disasters of 1914*, pos. 2360.

Com ele viriam significativas mudanças estratégicas que cancelavam definitivamente a política do velho chanceler, tendente a evitar uma guerra em duas frentes. Ao mesmo tempo, consumava-se a ideia do "cerco" dos Impérios Centrais, materializada pela Convenção Militar Defensiva franco-russa de 1892 e posterior aliança de 1894.

Alfred von Schlieffen

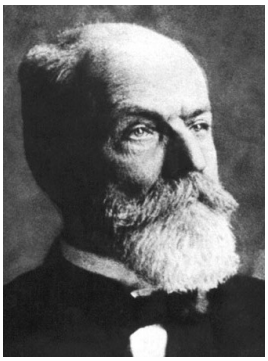
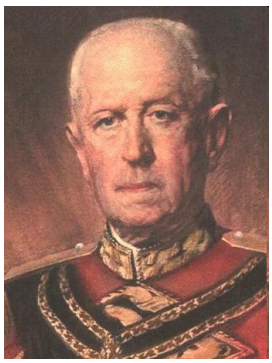
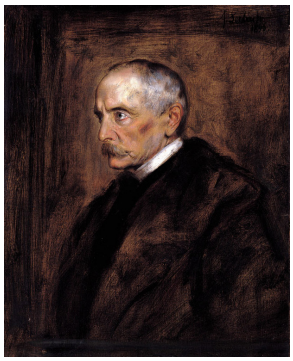
Abandonando a estratégia de Moltke, *o Velho*, e de Waldersee, na qual, em caso de guerra em duas frentes, se defendia a oeste para permitir um ataque a leste, o Grande Estado-Maior Alemão inverteu as prioridades, apontando a manobra principal contra o inimigo mais poderoso, mais capaz de uma rápida mobilização e com menos espaço para recuar: a França. Argumentava-se, para o efeito, que a inferioridade numérica da Alemanha tornava esta estratégia NECESSÁRIA e que a lenta mobilização russa, conjugada com uma manobra rápida e envolvente, que evitava a linha fortificada Verdun–Nancy–Epinal–Belfort, a tornava POSSÍVEL.

Schlieffen e o seu estado-maior dedicaram-se, então, a estudar e desenvolver um processo capaz de movimentar um exército de um milhão de homens, de uma forma sincronizada e planeada, para atacar o inimigo de flanco. Era indispensável, para o sucesso do ataque à França, passar imediatamente da mobilização ao estado de guerra, violar a neutralidade belga, cruzar o saliente de Maastricht, na Holanda, e atravessar o pequeno e desarmado Luxemburgo. Não haveria, portanto, negociações após a mobilização.

Embora o plano tivesse a mais elevada classificação de segurança, durante o processo da sua elaboração não deixou de haver conversações entre Schlieffen e o governo. Da primeira vez que Schlieffen considerou necessária a violação da neutralidade da Bélgica, pediu ao conde Hutten-Czapski, ao tempo conselheiro do chanceler Hohenlohe, que, confidencialmente, o sondasse e ao director dos Assuntos Políticos do Ministério dos Negócios estrangeiros, Holstein, acerca do seguinte:

«Depois de longas e conscienciosas reflexões, convencera-se de que, na eventualidade de uma guerra em duas frentes, o sucesso poderia, possivelmente, depender de a Alemanha não impedir que os tratados internacionais restringissem as suas operações estratégicas.» Tratou-se de uma conversa de poucos minutos, na qual não foi sequer mencionado o nome da Bélgica.[5]

[5] Graf Bogdan von Hutten-Czapski, *60 Jahre Politik und Gesellschaft* (1936), p. 371 ff. Citado por RITTER, Gerhard, *The Schlieffen Plan – Critique of a Myth*, p. 91.

Friedrich von Holstein Conde Hutten-Czapski Chanceler Hoenlohe

No primeiro contacto, feito com Holstein, após uma reacção de natural perplexidade, o conde Hutten-Czapski obteria o seguinte parecer:

«Se o Chefe do Estado-Maior, e particularmente uma autoridade estratégica como Schlieffen, julgou essa medida necessária, então seria dever da diplomacia ajustar-se e preparar-se para ela de todas as formas possíveis.»[6]

O conde Hutten-Czapski, depois da guerra, afirmaria que ele próprio tivera opinião diferente. Discordava da violação da neutralidade sem a permissão dos estados envolvidos, o que poderia acarretar consequências imprevisíveis. No dia seguinte, ambos se avistaram com o chanceler, o qual, embora mostrando-se inquieto, nada adiantou sobre o assunto. Quando Hutten-Czapski informou Schlieffen sobre o teor de ambas as conversas, o general nada disse, parecendo satisfeito. De facto, perante a gravidade do problema, perfilava-se a máxima de que "quem cala, consente".

Confirmando a constância deste comportamento por parte do governo alemão, o chanceler Bethmann-Hollweg, na obra póstuma *Betrachtungen zum Weltkrieg* (Vol. II, p. 7), haveria de afirmar, referindo-se à concepção do plano de guerra, que «a liderança política nela não tomou parte. Nem participou nas alterações a que o plano Schlieffen foi sujeito algum tempo depois da eclosão da guerra ou nos ajustamentos do plano modificado quando se tratou de o pôr em execução. Durante todo o tempo em que estive em funções, nunca houve qualquer tipo de conselho de guerra no qual os políticos participassem nos prós e contras do debate militar.»[7]

Deste modo, ao adoptar este plano de operações, fundamentado em razões de NECESSIDADE, a Alemanha só podia ambicionar a vitória militar, porque, do ponto de vista moral e político, a manobra escolhida envolvia a garantia da posterior censura de todo o mundo civilizado. Baseado exclusivamente em considerações de natureza militar, o plano tendia a apoderar-se das rédeas da política, sobrepondo-se à acção da diplomacia.

O Plano Schlieffen ficou pronto em 1906, ano em que o general se reformou. Estipulava um período de seis semanas para a vitória a ocidente, utilizando sete oitavos do potencial de combate germânico. Com o restante oitavo, procuraria assegurar uma adequada contenção na Frente Oriental, tarefa que se antevia facilitada pela esperada lentidão do sistema de mobilização russo. Uma vez materializada a vitória contra a França, seria a vez de transferir o grosso dos meios para leste. A Alemanha contava, naturalmente, com a colaboração do Império Austro-Húngaro, mas não desconhecia que este aliado era manifestamente inferior, no plano militar, ao aliado russo da França.

Apesar da qualidade do planeamento alemão prever todos os detalhes possíveis – da complexa mobilização à imensa manobra estratégica –, havia algumas questões que ficavam em aberto e que dependiam da definição do "inimigo inicial".

---

[6] RITTER, Gerhard, *Idem*, p. 91.
[7] *Ibidem*, p. 96.

Enquanto uma guerra com a França permitia uma posição expectante relativamente à Rússia, uma guerra com a Rússia implicava uma guerra preventiva contra a França. A revelação deste conceito emerge, claramente, numa carta datada de 12 de Julho de 1914, do ministro dos Negócios Estrangeiros alemão, Von Jagow, para o embaixador alemão em Londres:

«Precisamos que o conflito entre a Áustria e a Sérvia se mantenha localizado. Se tal será ou não possível, dependerá, em primeiro lugar, da Rússia, e, em segundo lugar, dos outros membros do [Triplo] Entendimento. [...] Não desejo uma guerra preventiva, mas se a oportunidade surgir, teremos a coragem de não nos esquivarmos.[8]

Tornava-se patente que, contrariando a visão de Bismarck, a guerra em duas frentes deixara de ser um pesadelo a evitar para passar a ser a fórmula única do almejado sucesso. A realidade, porém, é que, conforme anotou Jack Snyder, «deixava de haver qualquer hipótese de localização de um conflito balcânico, isto é, a nenhuma das partes se consentia uma postura bélica seguida de negociações conducentes a uma desmobilização. O Plano Schlieffen fez preparativos para a pior hipótese de um modo tal que assegurou que a pior hipótese tivesse lugar.»[9]

Os últimos dias de Julho

Após a entrega do ultimato da Áustria-Hungria à Sérvia, no seguimento do atentado de Sarajevo que vitimou o arquiduque Francisco Fernando e a sua esposa, o general Von Moltke, Chefe do Grande Estado-Maior alemão, que, desde Abril, se encontrava em Karlsbad, numa cura de águas, regressou a Berlim, em 26 de Julho. Nessa data, avistou-se com Bethmann-Hollweg, concordando que devia prevalecer uma atitude ponderada, mas teve o "cuidado" de, nesse mesmo dia, enviar para o ministério dos Negócios Estrangeiros um projecto de ultimato a apresentar à Bélgica, em caso de guerra.[10] Com esta atitude, Moltke denotava como estava seguro de que uma guerra entre a Áustria-Hungria e a Rússia implicaria, imediatamente, o ataque à França através da Bélgica.

Edward Grey

Príncipe Lichnowsky

A 29 de Julho, perante o agravar da situação, o ministro britânico dos Negócios Estrangeiros, Edward Grey, convocou o príncipe Lichnowsky, embaixador alemão em Londres, fazendo questão de sublinhar que a Grã-Bretanha poderia ficar de fora do conflito se o mesmo se circunscrevesse à Áustria e à Rússia. Já o mesmo não poderia garantir se, por hipótese, a França fosse arrastada para a guerra. Esta clarificação da posição britânica – contrariando expectativas que o governo alemão vinha acalentando desde o início da crise – fez com que Moltke pressionasse, com êxito, para que o ultimato por si rascunhado em 26 fosse, de imediato,

[8] CLARK, Christopher, *The sleepwalkers – How Europe went to war in 1914*, p. 519.
[9] SNYDER, Jack, *Idem*, pos. 2108.
[10] LYON, Laurance, *The pomp of power*, p. 405.

expedido para a embaixada em Bruxelas, com a indicação de só ser aberto quando tal fosse ordenado.

Ainda em 29, Moltke fez entrega a Bethmann de um memorando que preparara no dia anterior e ao qual dera o título de *Para avaliar a situação política*, no qual tecia diversas considerações sobre as mobilizações gerais e parciais dos vários países envolvidos na crise sérvia e do previsível efeito dominó, referindo a certo ponto:

«A Alemanha não deseja provocar esta terrível conflagração. Mas o governo alemão sabe que feriria gravemente o sentimento de fidelidade à aliança, que é profundamente radicado e que constitui uma das melhores características da nação alemã, e se colocaria em contradição com todos os sentimentos do seu povo, se não viesse em auxílio da própria aliada no momento que deve decidir a sua existência... Se o embate entre a Rússia e a Áustria é inevitável, então a Alemanha deve mobilizar e estar pronta a aceitar a luta em duas frentes.

Para as medidas militares que nessa ocasião poderemos propor, é da maior importância saber com exactidão, o mais brevemente possível, se a Rússia e a França estão decididas a lançar-se numa guerra com a Alemanha. Quanto mais avançam os preparativos dos nossos inimigos mais rapidamente podem terminar a sua mobilização. Consequentemente, a cada dia que passa, a situação torna-se mais desfavorável para nós, e, se os nossos adversários puderem continuar a preparar-se com toda a tranquilidade, poderá acarretar-nos graves consequências.»[11]

É evidente que, através deste memorando, Moltke não se coibia de colocar a necessidade militar à frente de qualquer razão política, quando decorriam, ainda, diversas iniciativas diplomáticas no sentido de salvar a paz.

Apesar do conteúdo do memorando, na tarde desse dia 29, tanto Bethmann como Moltke concordaram em não decretar mais do que medidas de precaução relacionadas com a guarda da rede ferroviária. Porém, quando, na tarde de 30, Moltke soube que o ministro dos Negócios Estrangeiros Sazonov tinha dito que já não era possível parar a mobilização russa, o general ficou mais inquieto, considerando crítica a situação da Áustria e da Alemanha. Teve, então, uma conversa com o oficial de ligação austríaco, coronel Von Theissruck, cujo conteúdo, a avaliar pela descrição que o mesmo fez para o Chefe do Estado-Maior austro-húngaro, Hötzendorf, parece constituir uma mensagem para o general austríaco:

«Moltke disse que considera a situação crítica se a monarquia Austro-Húngara não mobilizar imediatamente contra a Rússia. A anunciada declaração russa sobre a mobilização que ordenou torna necessárias contramedidas por parte da Áustria-Hungria e deve ser citada nas explicações públicas. Desse modo, materializar-se-á o *casus foederis* para a Alemanha. [...] Declinem as renovadas propostas de negociação da Inglaterra para a manutenção da paz. Uma posição firme numa guerra europeia é a última oportunidade para salvar a Áustria-Hungria. A Alemanha estará a seu lado, incondicionalmente.»[12]

Se partirmos do princípio de que o oficial de ligação austríaco relatou fielmente o que Moltke transmitiu, então não poderão restar dúvidas de que esta mensagem entre as figuras que ocupavam o vértice da estrutura militar de cada um dos impérios denotava que "os cavalos já iam com o freio nos dentes", isto é, tratavam entre si de assuntos que competiam essencialmente ao poder político. Ou, como anotou A.J.P. Taylor, «a diplomacia tornara-se escrava da estratégia».[13] O caso da sugestão para a recusa das negociações de paz ia, até, frontalmente contra a política que o chanceler, em último recurso, procurava assegurar.

É claro que, quando Hötzendorf levou a mensagem de Moltke ao ministro dos Negócios Estrangeiros Berchtold e aos outros ministros, o ministro austríaco não se coibiu de dizer: «Mas quem é que manda? Bethmann ou Moltke?» Depois, voltou-se para os outros ministros e disse : «Pedi que se juntassem aqui porque cheguei a ter a impressão de que a Alemanha estava a fazer

[11] ALBERTINI, Luigi, *Le origini della guerra 1914*, Vol. II, pp. 533-534.
[12] FAY, Sidney, *The Origins Of The World War*, Vol. II, pp. 507-508.
[13] TAYLOR, A.J.P., *War by timetable - How the first world war began*, pos. 933.

marcha atrás; agora, tenho as mais satisfatórias garantias vindas da mais alta autoridade militar.»[14]

Entretanto, ainda nessa tarde de 30 de Julho, Moltke conferenciava com Bethmann-Hollweg, pressionando-o fortemente para que o governo alemão declarasse imediatamente o estado de "perigo de guerra". Depois de acalorada disputa, chegavam a um acordo: qualquer que fosse a atitude da Rússia, a Alemanha decretaria a mobilização geral ao meio-dia de 31. Todavia, poucos minutos antes desta data-limite, chegaria a notícia da mobilização russa, deixando a Alemanha na confortável posição de não ter sido, dos dois impérios, o primeiro a seguir o caminho da Áustria-Hungria.

Conhecida em Berlim a mobilização russa, o governo alemão decidiu, pelas 13.00 de 31, proclamar o estado de "Perigo de guerra", permitindo a imediata adopção de várias medidas preparatórias da mobilização geral. A assinatura, pelo kaiser, do respectivo documento, foi seguida por uma cena bastante elucidativa do exorbitar de competências que o Chefe do Grande Estado-Maior, general Von Moltke, ia assumindo. O episódio em causa, retirado do diário do ministro da Guerra da Prússia, general Falkenhayn, é bastante elucidativo:

«A ordem acerca do iminente perigo de guerra foi assinada enquanto ali estive com ela na mão. Moltke leu, então, o rascunho, escrito pelo major V. Haeften, de uma declaração ao povo, de tal maneira, por vezes numa voz quase sufocada pelas lágrimas, mas ao mesmo tempo, de forma enérgica, o que causou uma soberba impressão... O chanceler, que, entretanto, apareceu, apropriou-se da declaração ao povo e manifestou o seu desagrado em termos veementes, porque Moltke tinha usurpado uma sua prerrogativa, originando uma discussão entre o chanceler e o general.»[15]

Logo depois, a Alemanha enviou um ultimato à Rússia, exigindo que, no prazo de 12 horas, a mobilização fosse suspensa e que o governo russo fizesse uma declaração esclarecedora nesse sentido. Como atrás foi referido, a Alemanha, sabendo que iria lutar em duas frentes, não podia permitir que a mobilização russa pudesse prolongar-se por muito tempo antes do rompimento das hostilidades, pois toda a estratégia planeada assentava na vantagem que a presumida lentidão dessa operação representava para a concretização de um maior empenhamento inicial contra a França. É, de resto, essa ideia que é transmitida pelo próprio chanceler Bethmann-Hollweg nas recordações que publicou desses dias decisivos:

«Não estávamos, entre nós próprios, em completo acordo sobre a forma de proceder oficialmente. O ministro da Guerra, general von Falkenhayn, achava que era um erro declarar guerra à Rússia, não porque julgasse que a guerra, depois da mobilização russa, fosse evitável, mas sim por receio de que o efeito político nos fosse prejudicial. O Chefe do Estado-Maior-General, general Von Moltke era, em contrapartida, favorável a que declarássemos guerra, porque o nosso plano de mobilização, preparado para responder a uma guerra em duas frentes, exigia que fossem desencadeadas imediatamente as acções militares e porque a nossa esperança de vitória sobre um inimigo numericamente muito superior dependia da extrema rapidez dos nossos movimentos. Pela minha parte, concordei com o general Von Moltke.»[16]

Nesse dia 31, em Paris, o embaixador alemão, Von Schoen, recebeu instruções para se avistar com Viviani, para o informar sobre o ultimato apresentado em São Petersburgo e para sublinhar que, uma vez ordenada a mobilização do Exército Alemão, isso seria sinónimo de guerra. Assim sendo, perguntava ao governo francês se tencionava permanecer neutral no caso de uma guerra entre o seu país e a Rússia, pedindo uma resposta dentro de 18 horas.

[14] FAY, Sidney, *Idem*, Vol. II, p. 518.
[15] MOMBAUER, Annika, *Helmuth Von Moltke and the Origins of the First World War*, p. 207.
[16] BETHMANN-HOLLWEG, Theobald von, *Reflections on the world war*, pp. 137-138.

Se, contrariamente às expectativas, a resposta fosse afirmativa, o embaixador faria saber que a Alemanha exigiria a entrega das fortalezas de Toul e Verdun, as quais serviriam de garantia da neutralidade francesa, sendo devolvidas após o final da guerra.[17]

Tratava-se de um verdadeiro ultimato, cuja finalidade não era outra senão justificar uma declaração de guerra que não tardaria. Viviani, que tivera conhecimento da declaração de "Perigo de guerra" através do embaixador francês em Berlim, já conferenciara com o presidente Poincaré e estava suficientemente preparado para uma atitude deste tipo. Por isso, quando, às 19.00 desse dia 31 de Julho, ouviu o que Schoen tinha para lhe comunicar, respondeu com grande tranquilidade:

«Quero crer que decisões extremas possam ser evitadas. Dê-me tempo para reflectir.»[18]

Depois, prometeu dar uma resposta dentro do prazo estabelecido. No dia seguinte, Schoen deslocou-se ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, antes de expirado o prazo, e repetiu a pergunta sobre se a França permaneceria neutral, ao que Viviani respondeu que a França agiria de acordo com os seus interesses. Com esta resposta, Schoen não podia passar, de imediato, à segunda fase – entrega das fortalezas ou declaração de guerra.

Ainda nesse dia 31, ocorreu um dos mais significativos acontecimentos comprovativos da leviandade com que, nesse momento de extraordinária gravidade, se tratava das vidas de milhões de pessoas. O kaiser convocou Moltke para lhe mostrar um telegrama do embaixador alemão em Londres, no qual era dito que o ministro dos Negócios Estrangeiros, Edward Grey, o havia informado de que o governo britânico se empenharia em manter a França fora da guerra se a Alemanha se abstivesse de a atacar.[19] Depois, Guilherme II disse ao seu general: «Nestes termos, já só precisamos de fazer guerra à Rússia; assim, marchamos simplesmente com todo o nosso exército para leste. Ao que Moltke replicou: Majestade, isso é impossível! O deslocamento de uma hoste de milhões de homens não pode ser improvisado; requer um ano inteiro de laborioso trabalho, e, uma vez feito, não pode ser alterado. Se Vossa Majestade insiste em orientar todo o exército para leste, não haverá um exército pronto para o combate, mas uma multidão desorganizada de homens armados, sem aprovisionamento preparado. O kaiser ficou muito perturbado e respondeu azedamente: o seu tio ter-me-ia dado outra resposta.»[20]

Guilherme II

Helmuth von Moltke

Enquanto a proposta britânica se não transformou naquilo que efectivamente era – um mal-entendido tragicómico –, Moltke, aconselhado pelo ministro da Defesa, Falkenhayn, aceitou

[17] FAY, Sidney, *Idem*, Vol. II, pp. 528-529.
[18] *Ibidem*, p. 529.
[19] A versão do príncipe Lichnowsky sobre este mal-entendido é algo diferente. No seu *Memorando* (p. 73), o então embaixador alemão em Londres confirma que informou o seu governo nos termos acima indicados, mas que se equivocara, porque Edward Grey o que propusera era a neutralidade da Alemanha, o que significava uma neutralidade também relativamente à Rússia.
[20] HART, Liddell, *Reputations ten years after*, pp. 48-49.

iniciar a reorientação das tropas para leste, mas só depois de concluído o movimento para oeste. Em Novembro desse ano, num memorando escrito em Homburg, haveria de anotar:

«Durante essa cena, o meu estado de ânimo quase resvalara para o desespero. Desta actividade diplomática, que ameaçava obstacular o desenvolvimento da nossa mobilização, via derivar a maior desventura para a Alemanha.»[21]

Mas não era fácil montar a "engenharia diplomática" que, em tão curto espaço de tempo, sustentasse, com um mínimo de decoro, as graves decisões relacionadas com a abertura das hostilidades na frente ocidental, uma vez que inexistiam tensões bilaterais consistentes com a Bélgica e a França. Algo afastado dessas momentosas decisões, o ministro da Marinha, almirante Von Tirpitz, recordaria, assim, o embaraço daquelas horas:

«Durante a noite de 1 para 2 de Agosto, a discussão acerca da nossa declaração de guerra, desta vez relativamente à França, repetiu-se na residência do chanceler. O chanceler defendia que devíamos declarar guerra à França imediatamente, porque pretendíamos marchar através da Bélgica. [...] Aflorei a questão da possibilidade do exército retardar a marcha através da Bélgica. Moltke declarou que não havia outra solução. Fiquei com a impressão de que era impossível interferir nos mecanismos dos transportes.»[22]

Parecia lógico que o sistema de alianças laboriosamente construído nos anos que antecederam a guerra pautasse a chamada à beligerância das principais potências europeias. Assim tem sido repetidamente afirmado por uma diversidade de autores e deve-se reconhecer que reflecte, no essencial, os motivos que levaram à entrada na guerra das potências europeias. Importa anotar, porém, que a sequência das declarações de guerra não respeitou a lógica dessas alianças. Se ela fosse rigorosamente seguida, teríamos tido uma fita do tempo do seguinte teor:

1. Declaração de guerra da Áustria-Hungria à Sérvia;
2. Mobilização da Rússia e ultimato à Áustria-Hungria;
3. Seguir-se-ia um tempo, maior ou menor, em que a Rússia poderia retardar a declaração de guerra até ao momento em que o seu exército estivesse pronto a iniciar as operações contra a Áustria-Hungria;
4. Verificando-se 3., só então a Alemanha mobilizaria e declararia guerra à Rússia;
5. Seguir-se-ia a declaração de guerra da França à Alemanha.

Esta sequência – e, sobretudo, o elevado número de dias que poderia demorar o passo 3. – era de todo inaceitável na perspectiva da activação do Plano Schlieffen. Uma vez que a vitória a leste, com poucas forças, só era possível contando com a demora da mobilização russa, esse tempo precioso não podia ser-lhes concedido. Pela mesma razão, as operações através da Bélgica tinham de ser lançadas imediatamente, para que, consumada a vitória a oeste, o grosso das unidades de combate fosse transferido para a frente oriental. A Alemanha necessitava, por conseguinte, de passar urgentemente à condição de beligerante.

De facto, ao atingir-se a noite de 1 para 2 de Agosto, a sucessão de acontecimentos ia já num registo algo diferente da que, atrás, assinalámos esquematicamente. E, nalguns aspectos, a pressa germânica ia provocando certas atitudes denunciadoras de nervosismo. Para a história, ficaria registada a entrega ao governo belga, a 2 de Agosto, da nota-ultimato que exigia o direito de passagem das suas tropas a caminho do Norte da França, 24 horas antes da declaração de guerra que alegadamente a justificava.

Bem cedo, na manhã de 2 de Agosto, Bethmann recapitulou para Guilherme II, de forma abreviada, os dramáticos acontecimentos das últimas horas, anunciando, na ocasião, que, depois de obter a concordância do ministro da Guerra e do Chefe do Grande Estado-Maior, fora decidido que a apresentação de uma declaração de guerra à França nesse dia não se tornava necessária

[21] ALBERTINI, Luigi, *Idem*, Vol. III, pp. 194-195.
[22] TIRPITZ, Grand Admiral von, *My memoirs*, Vol. I, p. 366.

numa perspectiva militar. Politicamente, também não, na esperança de que fosse a França a tomar a iniciativa.[23]

Como tal não sucedeu, no dia seguinte, para sustentar diplomaticamente o ataque iminente, Von Schoen apresentou-se no gabinete de Viviani a quem leu uma nota na qual a Alemanha acusava a França de actos de «hostilidade organizada», de ataques aéreos a Nuremberga e Karlsruhe e de violação da neutralidade belga sob a forma de voos de reconhecimento. Face a essas alegadas violações, «o Império Alemão considerava-se em estado de guerra com a França».[24]

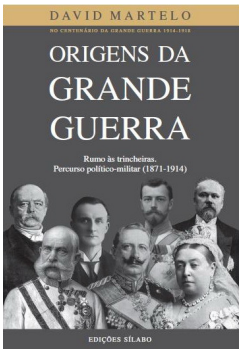
Conclusão

A desventurada sucessão de acontecimentos – que assim conduzia à hecatombe de uma primeira guerra mundial e lançava as sementes de uma segunda – marcava para todo o sempre, da forma mais grotescamente primitiva, a história de uma Europa que, a todos os títulos, representava o espaço humano de maiores avanços civilizacionais. Que nessa corrida para o desastre tenham tido papel preponderante figuras políticas aparentemente respeitáveis, mais adensa a perplexidade de quem estuda, à distância de um século, os acontecimentos então vividos. Para concluir, e na tentativa de explicar essa espécie de inevitável maldição, reforçando quanto fica dito, recorremos à opinião do historiador italiano Luigi Albertini, autor de uma das obras de referência sobre as origens da Grande Guerra, o qual resumiu assim o insensato início do conflito:

«Os melhores dotes de disciplina e de organização não bastam para assegurar a fortuna de um povo grande e forte. É certo que, em 1914, nem o kaiser nem o seu chanceler desejavam a guerra europeia, como não a desejavam Berchtold, Sazonov e Grey. Todos eles teriam de boa vontade continuado a negociar para conciliar as partes em conflito: e é motivo de estupor para os historiadores que, apesar disso, ele tenha eclodido. Ora, nesta desventura, a mediocridade daquelas personagens teve, sem dúvida, uma parte conspícua; mas, se tivéssemos de dizer como e porquê a Alemanha – uma vez que foi ela a chegar o fogo à pólvora – foi conduzida a este triste passo, dever-se-ia concluir, de quanto foi dito, que foi guiada pelas exigências do Plano Schlieffen, talvez um monumento de arte militar, mas monumento também daquela absoluta falta de senso político que é a maior causa da desordem e da instabilidade europeia.»[25]

David Martelo

Comunicação apresentada ao XXIII Colóquio de História Militar da Comissão Portuguesa de História Militar – Novembro de 2014

Leitura complementar 

[23] RÖHL, John C. G., *Wilhelm II: Into the Abyss of War and Exile, 1900-1941*, p. 1098.
[24] TUCKMAN, Barbara W., *Os Canhões de Agosto*, p. 122.
[25] ALBERTINI, Luigi, *Idem*, Vol. III, pp. 270-271.

BIBLIOGRAFIA

ALBERTINI, Luigi, *Le origini della guerra 1914*, Libreria Editrice Goriziana, Gorizia, 2011.

BETHMANN-HOLLWEG, Theobald von, *Reflections on the world war*, Part I, Thornton Butterworth, Ltd., Londres, 1920.

CLARK, Christopher, *The sleepwalkers – How Europe went to war in 1914*, HarperCollins e-books, Londres, 2013.

FAY, Sidney B., *The Origins Of The World War*, The MacMillan Company, Nova Iorque, 1932.

GOOCH, George, *History of modern Europe – 1878-1919*, Henry Holt and Company, Nova Iorque, 1922.

HALDANE, Richard, *Before the war*, Gassell and Company, Ltd, Londres, 1920.

HART, Liddell, *Reputations ten years after*, Little, Brown, and Company, Boston, 1928.

HASTINGS, Max, *Catastrophe: Europe goes to war 1914*, Kindle Edition, HarperCollins Publishers Ltd, Londres, 2013.

LICHNOWSKY, Prince Karl, *Prince Lichnowsky Memorandum*, In *The Guilt of Germany - For the War of German Aggression*, G. P. Putnam's Sons, New York and London, 1918.

MARTELO, David, *Origens da Grande Guerra – Rumo às trincheiras - Percurso político-militar (1871-1914)*, Edições Sílabo, Lisboa, 2013.

MOMBAUER, Annika, *Helmuth Von Moltke and the Origins of the First World War*, Cambridge University Press, Cambridge, 2005.

RITTER, Gerhard, *The Schlieffen Plan – Critique of a Myth*, Oswald Wolff (Publishers) Limited, Londres, 1958.

RÖHL, John C. G., *Wilhelm II: Into the Abyss of War and Exile, 1900-1941*, Cambridge University Press, Cambridge, 2014.

ROTH, Günter R., *Operational Thought from Schlieffen to Manstein*, http://www.history.army.mil/books/OpArt/germany2.htm

SNYDER, Jack, *The Ideology of the Offensive – Military decision making and the disasters of 1914*, Cornell University Press, Ithaca e Londres, E-book edition, 2013.

TAYLOR, A.J.P., *War by timetable*, Endeavour Press Ltd, Londres, 2013.

TIRPITZ, Alfred von, *My memoirs*, Dodd, Mead and Company, Nova Iorque, 1919.

TUCKMAN, Barbara W., *Os canhões de Agosto*, Editorial Íbis, Amadora, 1964.